


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

Processo Digital nº: **1001242-64.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Fundação Hermínio Ometto**
 Requerido: **Debora Gomes de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Fundação Hermínio Ometto ajuizou Ação Monitória contra **Debora Gomes de Oliveira**, aduzindo, em síntese, que é credor da requerida da quantia de R\$ 1.102,39, representada por documento escrito sem eficácia de título executivo, consistente no termo de adesão contratual e requerimento de matrícula, contrato de prestação de serviços educacionais. Assevera que persiste a situação de inadimplência. Requer a citação da ré para pagamento do débito ou oferecimento de embargos.

Citada, a requerida apresentou embargos monitórios (fls. 54/59).

DECIDO.

Concedo à requerida os benefícios da gratuidade de justiça. Anote.

O feito comporta julgamento imediato.

A preliminar de inépcia arguida pela requerida não merece acolhida. Com efeito, a petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a substancial defesa da requerida e não padece de vício de natureza formal, anexando aos autos os documentos necessários.

Igualmente, não merece acolhimento a tese de prescrição. Isso porque, aplica-se ao caso a prescrição quinquenal, conforme disposto no artigo 206, §5º, I do Código Civil e não o prazo de 1 ano, como pretende a ré.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. COBRANÇA DE MENSALIDADES ESCOLARES. PRESCRIÇÃO. ART. 6º DA LICC. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. (...) 3. O prazo prescricional da pretensão de cobrança de mensalidades escolares vencidas até 11.01.2003 - entrada em vigor do novo Código Civil - é o estabelecido no art. 178, § 6º, VII, do CC/16. Para as mensalidades vencidas após a referida data, aplica-se o prazo quinquenal, disposto no art. 206, § 5º, I do CC/02. 4. (...) (EDcl no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.161.292 - SP (2009/0037871-9) RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA).

A ação monitória é o instrumento processual colocado à disposição do credor de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quantia certa, com crédito comprovado por documento escrito sem eficácia de título executivo, para que possa requerer em juízo a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa para satisfação de seu direito.

Os documentos que instruem a presente ação monitória (fls. 20/32) não possuem eficácia de título executivo. Conquanto não possam ser considerados títulos de exação, prevalecem como documento comprobatório da obrigação do contratante ao pagamento de seu valor.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos e **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial. Condeno a requerida a pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 400,00, observada a gratuidade concedida.

Declaro constituído o título executivo (CPC, art. 702, §8º).

P.I.

Ibate, 10 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**